

Escrito por {ga=aderito-caldeira}

Quinta, 09 Agosto 2018 22:28 - Atualizado em Sexta, 10 Agosto 2018 12:45



O Presidente Filipe Nyusi deixou a impressão, durante o último périplo pelas províncias, de ter sido surpreendido por relatórios que só apresentam “realizações”. Porém, tão grave como as bolsas de fome que lhe foram ocultadas, é facto do Chefe de Estado ter ignorado o Relatório do SETSAN que alerta para a existência “531,476 pessoas em 19 distritos foram classificadas em situação de crise (...) necessitando de intervenções urgentes para proteger seus meios de vida, reduzir o défice de alimentos e aumentar a sua resiliência aos eventos extremos”.

Durante a visita que realizou a província de Tete, entre 30 de Julho e 2 de Agosto, o Presidente da República constatou, numa sessão do governo local que o relatório que lhe foi apresentado não correspondia à realidade. “Aqui na produção agrícola campanha 2016/2017 estão a falar de haver queda irregular pluviométrica em algumas regiões da província, com maior incidência falam de Doa, Changara, Moatize e Zumbo. Mas dificultaram-me o comício, ali hoje eles disseram-me (em Chiuta) que tem problemas, para vocês não há? Para eles em coro há. Qual é a explicação? Disseram em coro, vocês ouviram!”

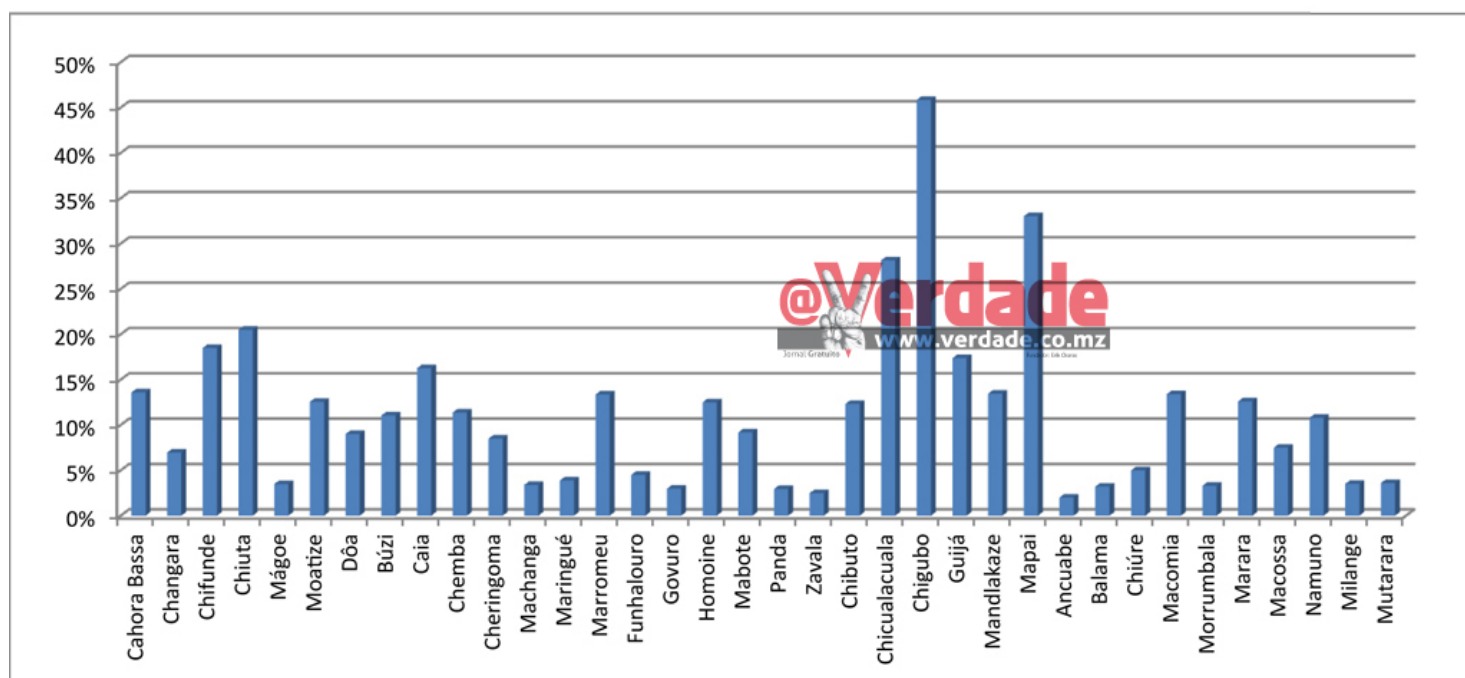
Mas se o povo reclama de fome e o Chefe de Estado notou só agora que os relatórios apresentados durante as suas visitas quase só trazem propaganda das “realizações” o facto é que Filipe Nyusi também ignorou o Relatório da Análise de Insegurança Alimentar Aguda, produzido pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), que alertou no início de Junho passado que mais de meio milhão de moçambicanos precisavam de acções imediatas para colmatar a insegurança alimentar aguda em que estão.

Escrito por {ga=aderito-caldeira}

Quinta, 09 Agosto 2018 22:28 - Actualizado em Sexta, 10 Agosto 2018 12:45

“No período de Abril a Setembro de 2018, 531,476 pessoas em 19 distritos foram classificadas em situação de crise nos distritos de Chibuto, Chicualacuala, Chigubo, Guijá, Mandlakaze e Mapai na província de Gaza, Funhalouro, Mabote e Panda na Província de Inhambane, Cahora Bassa, Changara, Chifunde, Chiuta, Doa, Magoe, Marara, Moatize e Mutarara na Província de Tete e Chemba na Província de Sofala necessitando de intervenções urgentes para proteger seus meios de vida, reduzir o défice de alimentos e aumentar a sua resiliência aos eventos extremos”, pode-se ler no relatório a que o @Verdade teve acesso e que mereceu análise pelo Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE) a 11 de Junho.

Figura 1: Percentagem de Agregados familiares com consumo alimentar inadequado ou pobre

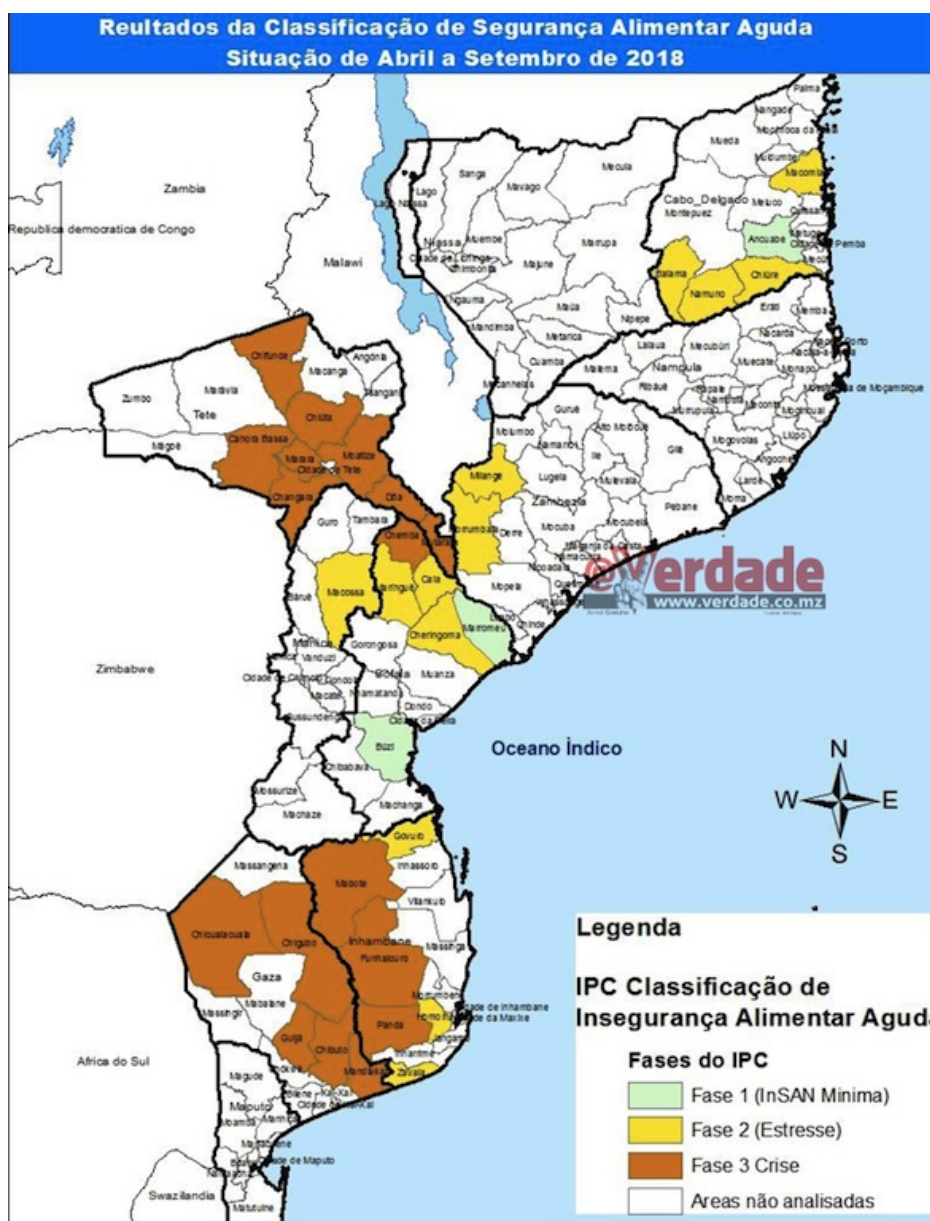


Só na província de Tete os afectados são 20.775 no distrito de Chiúta, 26.374 em Doa, 21.002 em Mágoe, 16.625 em Marara, 85.887 em Moatize, 43.572 em Mutarara e 17.586 em Chemba.

O documento indica que “Foram apontados como as principais causas, a fraca produtividade agrícola devido a queda irregular e início tardio de chuvas, falta de sementes melhoradas e tolerantes a mudanças climáticas, consumo inadequado de alimentos, insuficiência de reservas alimentares, incidência de pragas e doenças nas culturas e baixo acesso aos serviços de água e saneamento melhorado”.

Cabo Delgado, Zambézia, Manica, Sofala e Inhambane em situação de estresse alimentar

O Relatório do SETSAN, que foi produzido entre Abril e Maio deste ano, concluiu ainda, agregando outros factores de risco, que “o número total de pessoas em situação de crise é de 891,053, representando 17 por cento da população total dos 36 distritos nas 7 províncias analisadas”.



Para além dos cidadãos moçambicanos em insegurança alimentar aguda o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional classificou como “em situação de estresse” 13

Escrito por {ga=aderito-caldeira}

Quinta, 09 Agosto 2018 22:28 - Actualizado em Sexta, 10 Agosto 2018 12:45

distritos das províncias de Cabo Delgado (4), Zambézia (2), Manica (1), Sofala (3) e Inhambane (3) e ainda “3 distritos foram classificados em situação de insegurança alimentar mínima”.

Após a apresentação efectuada pelo SETSAN ao Centro Nacional Operativo de Emergência o @Verdade questionou quanto iria custar o atendimento desses moçambicanos em situação de emergência alimentar. O porta-voz do CENOE, Paulo Tomás, disse na ocasião que ainda não estava quantificado e alertou para o facto do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades “só ter disponibilidade de cereais e feijões para um mês”.

Nenhuma actualização foi feita entretanto. A julgar pelo espanto do Presidente da República a insegurança alimentar aguda de 531,476 moçambicanos ainda nem sequer mereceu a atenção dos governantes. Aliás o @Verdade sabe que no seguimento da visita presidencial o Conselho de Ministros desta semana terá pela primeira vez tomado conhecimento da gravidade da situação.

Em Abril último a Directora Nacional Adjunta da Saúde, Maria Benigna Matsinhe, declarou que “Muito se faz mas também pouco se faz” em relação insegurança alimentar que causa a desnutrição crónica, uma doença que afecta 43 por cento dos moçambicanos retardando o crescimento das crianças, deixando-as vulneráveis a contrair doenças infecciosas e degenerativas, causando fraco desempenho intelectual e podendo “conduzir a perdas de produtividade de cerca de 2 a 3 por cento do Produto Interno Bruto”.